

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
“Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo”
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo” em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, o “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo” recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R\$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, o “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo” não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em

relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 8.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

COKINOS & ASSOCIADOS
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0


EDSON JOSÉ DA SILVA
Contador
CRC-1SP251.112/O-9
CNAI nº 2211

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R\$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.


2
637

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.


Cokinos & Associados
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0


EDSON JOSÉ DA SILVA
Contador
CRC-1SP251.112/O-9
CNAI n° 2211

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
BALANÇO PATRIMONIAL
Em reais

ATIVO	N.E	<u>2017</u>	<u>2016</u>	PASSIVO	N.E	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		6.285.930	7.846.006	Circulante		6.285.930	7.846.006
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	Projetos	(08)	1.216.483	3.012.462
Recursos vinculados a projetos	(04)	5.982.234	7.645.079	Fornecedores		26.645	20.654
Adiantamentos diversos	(05)	126.267	83.203	Encargos sociais	(09)	51.354	52.549
Despesas antecipadas		21.102	21.760	Férias e encargos a pagar		654.656	605.261
Estoques	(07)	156.326	95.965	Contas a pagar		4.467	5.488
				Provisão para contingências	(12)	66.460	260.224
				Fundos de Reserva e Contingências	(11)	4.265.864	3.889.368
Não Circulante		1.903.856	2.243.473	Não Circulante		1.903.856	2.243.473
Permanente		1.903.856	2.243.473	Exigível a Longo Prazo		1.903.856	2.243.473
Imobilizado	(06)	1.903.856	2.243.473	Provisão para contingências	(12)	-	-
				Rec. aplic. ativos permanentes	(10)	1.903.856	2.243.473
				Patrimônio Líquido	(15)	-	-
TOTAL DO ATIVO		<u>8.189.786</u>	<u>10.089.479</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>8.189.786</u>	<u>10.089.479</u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

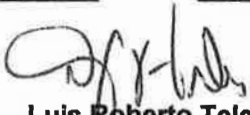
639

CH.

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		27.938.374	26.343.845
Receitas operacionais		27.402.538	25.813.048
Recursos do contrato de gestão	(15)	27.402.538	25.813.048
Outras receitas operacionais		535.836	530.798
Receitas financeiras		96	-
Depreciação		535.740	530.798
DESPESAS OPERACIONAIS		(27.938.374)	(26.343.845)
Despesas operacionais		(27.938.374)	(26.343.845)
Despesas com pessoal		(16.958.235)	(15.774.116)
Despesas com encargos sociais		(5.744.210)	(5.371.844)
Despesas administrativas		(2.454.589)	(2.156.819)
Depreciação		(535.740)	(530.798)
Serviços Prestados por Terceiros		(2.169.768)	(2.437.466)
Impostos e Taxas		(75.832)	(72.803)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"

C.N.P.J. N° 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio líquido		
No início do exercício	-	-
Resultado do exercício	-	-
No final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>



Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Luis Roberto Teles
CT-CRC n° 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	27.938.278	26.343.845
Receitas do projeto	27.402.538	25.813.048
Depreciação	535.740	530.798
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.624.357	4.594.285
Serviço de terceiros e outros	2.169.767	2.437.466
Despesas administrativas e gerais	2.454.589	2.156.819
VALOR ADICIONADO BRUTO	23.313.921	21.749.560
RETENÇÕES	535.740	530.798
Depreciação	535.740	530.798
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	22.778.181	21.218.763
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	96	-
Receitas financeiras	96	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	22.778.277	21.218.763
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22.778.277	21.218.763
Pessoal e encargos	22.702.445	21.145.960
Impostos, taxas e contribuições	75.832	72.803
Superávit (Déficit) do exercício	-	-




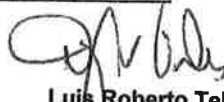
Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri" na Capital e Grande São Paulo
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	-	-
Depreciação e amortização	535.740	530.798
Ajuste de Depreciação	-	(17.540)
Provisão para contingências	(193.764)	46.079
Resultado ajustado	341.976	559.337
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	1.662.845	(2.821.040)
Adiantamentos diversos	(43.064)	(23.716)
Outras contas a receber	658	7.374.356
Estoques	(60.361)	(95.965)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	(1.795.979)	(8.483.127)
Fornecedores	5.991	17.410
Salários, férias e encargos sociais	48.200	101.222
Outras contas a pagar	(1.021)	(4.587)
Fundos de Reserva e Contingência	376.496	3.889.368
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	535.742	513.258
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(212.421)	(141.722)
Baixas do ativo imobilizado	16.297	2.224
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(196.124)	(139.498)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(339.617)	(373.760)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(339.617)	(373.760)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>-</u>	<u>-</u>
 Rosane Ghedin Diretora Presidente	 Luis Roberto Teles CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa
Marcelina**

“Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo”

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2017 e 2016

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Após a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 93 de 17 de outubro de 2012 foi firmado contrato de gestão (nº 02/2013), através do Processo SC/143340/2012, com a Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, tendo como objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução, das atividades na área cultural, do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, por mais quatro anos e meio contados a partir de janeiro de 2013.

O Projeto Guri é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo na área de música que surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos programas mais bem sucedidos na área sócio-cultural. O Projeto Guri ressalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura celebrou um Contrato de Gestão com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, no início com apenas oito pólos de ensino musical, e hoje coordena 46 pólos distribuídos na Grande São Paulo.

Em 29 de dezembro de 2017, foi assinado nº 04/2017 (Processo SC/1344496/2017), com o objetivo de operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, com vigência de 01/01/2018 a 31/12/2022.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação.

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são

reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e dos fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Banco conta movimento	32	(3.583)
Aplicações financeiras	<u>5.982.202</u>	<u>7.648.662</u>
	<u>5.982.234</u>	<u>7.645.079</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Adiantamentos diversos

	2017	2016
Adiantamento de férias	124.290	77.249
Outros	<u>1.977</u>	<u>5.954</u>
	<u>126.267</u>	<u>83.203</u>

6 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(20.730)	14.528	18.054
Equipamentos	10%	255.673	(146.275)	109.398	125.380
Móveis e Utensílios	10%	457.159	(338.128)	119.031	167.217
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos Musicais	10%	4.220.080	(2.658.657)	1.560.893	1.787.127
Ferramentas	10%	385	(197)	188	227
Computadores e Periféricos	20%	305.445	(206.576)	99.399	143.374
Telefone	10%	16.750	(16.331)	419	2.094
Sub-total		<u>5.655.443</u>	<u>(3.751.586)</u>	<u>1.903.856</u>	<u>2.243.473</u>
Imobilizado em Andamento		=	=	=	=
Total		<u>5.655.443</u>	<u>(3.751.586)</u>	<u>1.903.856</u>	<u>2.243.473</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldos no início do exercício	<u>2.243.473</u>	<u>2.617.233</u>
Adições		
Instalações	-	-
Equipamentos	10.517	-
Móveis e Utensílios	-	-
Veículos	-	-
Instrumentos Musicais	187.093	141.722
Ferramentas	-	-
Computadores e Periféricos	14.810	-
Baixas líquidas	(16.297)	(2.224)
Ajuste Depreciações	-	17.540
Depreciações	<u>(535.740)</u>	<u>(530.798)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>1.903.856</u>	<u>2.243.473</u>

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R\$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando a partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos junto a Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de doação.

Transferência dos pólos - Em 2010 foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, a transferência para a Associação Santa Marcelina de 35 Polos gerenciados pela Associação Amigos do Projeto Guri. A Associação Santa Marcelina ainda aguarda a avaliação e a documentação detalhada dos bens transferidos pela SEC, evidenciando suas condições de uso e atribuição de valores.

Em 2014, a Associação contratou empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil. O prazo para a conclusão dos trabalhos estava inicialmente previsto para 2015, mas foi estendido até 2016.

7 Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2017	2016
Material de escritório	28.427	52.862
Suprimentos musicais	101.597	7.000
Demais estoques	<u>26.302</u>	<u>36.103</u>
Total	<u>156.326</u>	<u>95.965</u>

8 Projeto a executar

	2017	2016
Projeto a executar	<u>1.216.483</u>	<u>3.012.462</u>

Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

	2017									
	Saldo Anterior	Fundo de Reserva	Fundo de Contingências	Valores recebidos	Valores Á receber	Rendimentos Financeiros	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba/reclassificação	Valor residual
Contrato de Gestão - Programa Guri (02/2013) (a)	2.976.930	-	-	25.597.849	-	215.831	(27.402.538)	(212.421)	-	1.175.651
Outros recursos	35.532	-	-	5.300	-	-	-	-	-	40.832
	<u>3.012.462</u>	=	=	<u>25.603.149</u>	=	<u>215.831</u>	<u>(27.402.538)</u>	<u>(212.421)</u>	=	<u>1.216.483</u>

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Valores a receber - Referem-se a valores previstos no contrato de gestão e não repassados dentro do exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projetos a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2017 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

(a) Contrato de Gestão– Projeto Guri (02/2013)

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina firmaram contrato de gestão, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão nº 02/2013 em janeiro de 2013.

O Programa de Trabalho do Contrato de Gestão 02/2013, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação, Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 119.982.447 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R\$ 25.597.849 em 2017.

De acordo com o Contrato de Gestão os recursos financeiros repassados à Associação deverão ser por esta aplicados no mercado financeiro, e os resultados das aplicações revertam-se, exclusivamente, ao cumprimento dos objetivos do contrato.

Em 2017 o Projeto Guri teve 46 polos em funcionamento até 31 de dezembro de 2017 e ofereceu 18.266 vagas, sendo atendidos ao longo do ano 19.835.

9 Salários e encargos sociais a pagar

	2017	2016
INSS a recolher	51.130	49.099
Outros	<u>224</u>	<u>3.450</u>
	<u>51.354</u>	<u>52.549</u>

10 Recursos aplicados em ativos permanentes

	2017	2016
	<u>1.903.856</u>	<u>2.243.473</u>
<p>Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 7 (ativo imobilizado).</p>		
Saldo em 31 de dezembro de 2016		2.243.473
Adição de imobilizado (nota explicativa 7)		212.421
Custo residual baixado de imobilizado		(16.297)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 7)		(535.740)
Ajuste de depreciação		-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.903.856

11 Fundos

Referem-se a valores de recursos de projetos, reclassificados para este grupo neste exercício de 2017 para melhor evidênciação.

		2017	2016
Fundo de Reserva	(a)	2.023.300	1.849.541
Fundo de Contingências	(b)	2.242.564	2.039.827
		<u>4.265.864</u>	<u>3.899.368</u>

(a) Do total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência do presente contrato, 6 %, foi depositado pela Organização Social em conta corrente específica de sua titularidade, constituído para o fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da CONTRATANTE, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela CONTRATADA do plano de restituição dos respectivos valores do fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da CONTRATADA.

(b) Nos termos da norma inserta no Decreto Estadual nº 54.340, de 15 de maio de 2009, a CONTRATADA depositou na conta bancária específica, o montante de R\$1.681.977,25 (um milhão e seiscentos e oitenta e um mil e novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos):

(b.1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata esta alínea "b";

(b.2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere esta alínea “b” e subitens somente poderão ser utilizados por deliberações de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA, e do Secretário de Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência;

(b.3) Ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere esta alínea “b” será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

12 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2017	2016
Contingências trabalhistas	<u>66.460</u>	<u>260.224</u>

	2016	2017		2016
	Saldo Inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	<u>260.224</u>	<u>41.783</u>	<u>(235.547)</u>	<u>66.460</u>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 98.553 em 2017, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados.

14 Patrimônio líquido

Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído.

15 Recursos de contrato de gestão

	2017	2016
Projeto Guri (02/2013)	27.402.538	25.813.048
	<u>27.402.538</u>	<u>25.813.048</u>

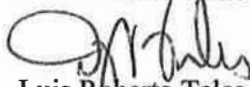
16 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *



Rosane Ghedin
Diretora Presidente

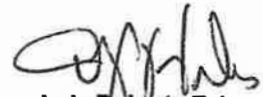


Luis Roberto Teles
CRC/SRI 82786/O-8

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em reais

ATIVO	N.E	<u>2017</u>	<u>2016</u>	PASSIVO	N.E	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		18.113.277	20.987.501	Circulante		17.421.816	20.380.524
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	746.128	398.425	Projetos	(10)	7.240.617	11.281.418
Recursos vinculados a projetos	(04)	16.594.160	20.188.963	Fornecedores		100.657	134.187
Contas a Receber		250.067	10.000	Encargos sociais	(11)	97.756	84.721
Outros Créditos		10.440	10.440	Obrigações tributárias		-	-
Adiantamentos diversos	(06)	227.502	158.416	Provisão de férias e encargos		1.279.490	1.106.729
Despesas antecipadas		40.831	28.488	Contas a pagar		10.489	7.965
Estoques		244.148	192.768	Provisão para contingências	(13)	476.441	682.549
				Fundos	(22)	7.768.449	7.082.956
Não Circulante		6.672.931	7.581.960	Adiantamento de Clientes		55.000	-
				Recursos associação	(10)	392.917	-
				Não Circulante		4.790.890	5.365.246
Permanente		6.672.931	7.581.960	Exigível a Longo Prazo		4.790.890	5.365.246
Imobilizado	(08)	6.672.931	7.581.960	Provisão para contingências	(13)	330.970	197.202
Intangível	(09)	-	-	Receita diferida	(12)	4.459.920	5.168.044
				Patrimônio Líquido	(15)	2.573.501	2.823.691
TOTAL DO ATIVO		<u>24.786.207</u>	<u>28.569.461</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>24.786.207</u>	<u>28.569.461</u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

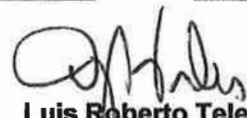
656



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2017</u> <u>TOTAL</u>	<u>2016</u> <u>TOTAL</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		62.816.504	49.794.163
Receitas operacionais		61.489.487	47.862.038
Recursos dos contratos de gestão	(16)	58.333.041	45.460.132
Projetos especiais	(17)	3.156.446	2.401.906
Outras receitas operacionais		1.327.017	1.932.125
Outras receitas		37.637	606.101
Receitas Financeiras		28.194	79.594
Depreciação		1.261.187	1.246.430
DESPESAS OPERACIONAIS		(63.147.616)	(49.517.124)
Despesas operacionais		(63.147.616)	(49.517.124)
Despesas com pessoal		(31.808.241)	(26.178.165)
Despesas com encargos sociais		(10.793.025)	(8.816.479)
Despesas administrativas		(8.788.908)	(6.723.490)
Depreciação		(1.543.014)	(1.379.166)
Serviços Prestados por Terceiros		(10.075.890)	(6.241.249)
Impostos e Taxas		(138.538)	(178.574)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>(331.111)</u>	<u>277.039</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>(331.111)</u>	<u>277.039</u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

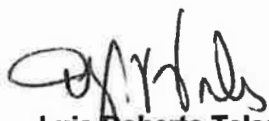

Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio líquido			
No início do exercício		2.823.691	-
Doação de bens patrimoniais	(23)	80.921	1.845.919
Ajuste de avaliação patrimonial		-	700.734
Resultado do exercício		(331.111)	277.039
No final do exercício	(15)	<u>2.573.501</u>	<u>2.823.691</u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. N° 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	62.816.504	49.794.162
Receitas dos projetos	61.489.487	47.964.088
Outras receitas	65.830	583.645
Depreciação	1.261.187	1.246.430
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	18.864.799	12.964.739
Serviços de terceiros	10.075.890	6.241.249
Despesas administrativas e gerais	8.788.908	6.723.490
VALOR ADICIONADO BRUTO	43.923.512	36.749.830
RETENÇÕES	1.543.014	1.379.166
Depreciação	1.543.014	1.379.166
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	42.380.498	35.370.663
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	28.194	79.594
Receitas financeiras	28.194	79.594
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	42.408.692	35.450.257
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	42.408.692	35.450.257
Pessoal e encargos	42.601.266	34.994.645
Impostos, taxas e contribuições	138.538	178.574
Resultado do exercício	(331.111)	277.039


Rosane Ghedin
 Diretora Presidente

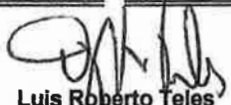

Luis Roberto Teles
 CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	(331.111)	277.039
Ajuste de avaliação patrimonial	-	700.734
Depreciação e amortização	1.543.014	1.379.166
Ajuste de depreciação	-	(842.065)
Provisão para contingências	(72.340)	(55.748)
Doações patrimoniais	80.921	
Resultado ajustado	1.220.484	1.459.126
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	3.594.803	(6.263.477)
Adiantamentos diversos	(69.086)	(19.498)
Outras contas a receber	(252.410)	8.221.913
Estoques	(51.380)	(192.768)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	(4.040.801)	(9.383.840)
Fornecedores	(33.530)	100.346
Salários, férias e encargos sociais	185.796	132.684
Outras contas a pagar	2.525	(7.089)
Adiantamento de Clientes	55.000	-
Recursos associação	392.917	
Fundos	685.493	7.082.956
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.689.811	1.130.353
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(709.476)	(256.191)
Baixas do ativo imobilizado	75.492	4.074
Caixa líquido consumido nas atividades de Investimento	(633.984)	(252.117)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(708.124)	(852.982)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(708.124)	(852.982)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	347.703	25.253
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	398.425	373.172
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	746.128	398.425
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	347.703	25.253


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1 SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa
Marcelina**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2017 e 2016

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento:

- O Programa GURI é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de música. Surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos Programas mais bem sucedidos na área sócio-cultural. O Programa Guri ressalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura assumiu com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, um Contrato de Gestão que se iniciou com 8 (oito) pólos de ensino musical, e hoje coordena 46 (quarenta e seis) pólos distribuídos na Capital e Grande São Paulo.
- A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré- formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares.

A Escola possui ainda na sua programação, atividades extracurriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo máster classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios.

Após a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 93 de 17 de outubro de 2012 – para gerenciar o Programa Guri e da convocação pública através da Resolução SC nº 94 de 22 de outubro de 2012 – para gerenciar o Projeto Tom Jobim, cujo resultado foi publicamente conhecido através do Diário Oficial Poder Executivo – Seção I de 19 de outubro de 2012 onde foi declarada a Associação de Cultura Educação e Assistência Social a organização que será a gestora dos dois projetos pelo prazo de 4 anos e meio, foram então os contratos renovados a partir de janeiro de 2013.

E através do 8º Termo de Aditamento, foi estabelecido o prazo de vigência até 15/12/2017, podendo ser prorrogado. E com a assinatura do 9º Termo de Aditamento, em 28/04/2017, foi integrado ao contrato as atividades do Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro – ORTHESP e do Teatro Caetano de Campos, acrescendo o repasse de R\$ 7.442.000, ao anteriormente previsto de R\$ 20.291.535, cujo montante no exercício resultou em R\$ 27.733.535.

Em 29 de dezembro de 2017, foi assinado o contrato de gestão nº 04/2017 (Processo

SC/1344496/2017), com o objetivo de operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, e também foi assinado o contrato de gestão nº 05/2017, com o objetivo de operacionalização da gestão e execução das atividades referentes à Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP Tom Jobim, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro – ORTHESP e Teatro Caetano de Campos. Ambos com vigência de 01/01/2018 a 31/12/2022.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação.

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são

reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Bancos	4.518	6.004
Aplicações financeiras	<u>741.610</u>	<u>392.421</u>
Recursos Livres - Associação	<u>746.128</u>	<u>398.425</u>
Bancos	3.937.176	3.283.631
Aplicações financeiras	12.656.984	16.905.332
Recursos Restritos - Projetos	<u>16.594.160</u>	<u>20.188.963</u>
Total	<u>17.340.288</u>	<u>20.587.389</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber

	2017	2016
Contas a receber – Contrato de gestão nº 02/2013	-	-
Contas a receber – Contrato de gestão nº 01//2013	250.067	10.000
Outras contas à receber	10.440	10.440
	<u>260.507</u>	<u>20.440</u>

6 Adiantamentos diversos

	2017	2016
Adiantamento de férias	222.896	144.216
Outros	<u>4.606</u>	<u>14.200</u>
	<u>227.502</u>	<u>158.416</u>

7 Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2017	2016
Material de escritório	56.221	83.130
Suprimentos musicais	131.414	29.253
Demais estoques	56.512	80.385
Total	<u>244.147</u>	<u>192.768</u>

8 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(20.730)	14.529	18.054
Equipamentos	10%	1.016.237	(524.031)	492.206	556.045
Móveis e Utensílios	10%	1.121.275	(721.361)	399.914	455.328
Veículos	10%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos Musicais	10%	12.534.504	(6.983.530)	5.550.974	6.305.079
Ferramentas	10%	1.771	(1.258)	513	690
Computadores e Periféricos	20%	1.184.567	(972.283)	212.284	241.471
Telefones	10%	27.804	(25.292)	2.511	5.292
Sub-total		<u>16.286.108</u>	<u>(9.613.177)</u>	<u>6.672.931</u>	<u>7.581.960</u>
Imobilizado em Andamento		-	-	-	-
Total		<u>16.286.108</u>	<u>(9.613.177)</u>	<u>6.672.931</u>	<u>7.581.960</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldos no início do exercício	7.581.960	6.048.976
Adições		
Instalações	-	-
Equipamentos	40.520	152.233
Móveis e Utensílios	58.276	-
Veículos	-	-
Instrumentos Musicais	527.476	1.916.185
Ferramentas	-	-
Computadores e Periféricos	86.521	5.742
Telefones	-	-
Baixas Líquidas	(78.808)	(4.074)
Ajuste de depreciação	-	842.065
Depreciações	<u>(1.543.014)</u>	<u>(1.379.166)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>6.672.931</u>	<u>7.581.960</u>

*Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina
Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2017 e 2016*

(a) Imobilizado com Restrição

Descrição	Taxas	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(20.730)	14.528	18.054
Equipamentos	10%	865.694	(487.760)	377.934	426.719
Móveis e Utensílios	10%	1.083.061	(700.998)	382.063	433.656
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos Musicais	10%	9.870.392	(6.400.305)	3.470.087	4.042.162
Ferramentas	10%	1.771	(1.258)	513	690
Computadores e Periféricos	20%	1.184.567	(972.284)	212.284	241.472
Telefone	10%	27.804	(25.292)	2.511	5.291
Sub-total		<u>13.433.239</u>	<u>(8.973.319)</u>	<u>4.459.920</u>	<u>5.168.044</u>
Imobilizado em Andamento		=	=	=	=
Total		<u>13.433.239</u>	<u>(8.973.319)</u>	<u>4.459.920</u>	<u>5.168.044</u>

(b) Imobilizado sem restrição

Descrição	Taxas	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos	10%	150.543	(36.271)	114.272	129.326
Móveis e Utensílios	10%	38.214	(20.363)	17.851	21.672
Instrumentos Musicais	10%	2.664.112	(583.225)	2.080.887	2.262.918
Total		<u>2.852.869</u>	<u>(639.859)</u>	<u>2.213.010</u>	<u>2.413.916</u>

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R\$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos junto a Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de doação.

Transferência dos pólos - Em 2010 foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, a transferência para a Associação Santa Marcelina de 35 Polos gerenciados pela Associação Amigos do Projeto Guri. A Associação Santa Marcelina ainda aguarda a avaliação e a documentação detalhada dos bens transferidos pela SEC, evidenciando suas condições de uso e atribuição de valores.

9 Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC nº 1.140/08.

Descrição	Taxa	2017	2016
Software		97.177	97.177
Amortização acumulada	20%	<u>(97.177)</u>	<u>(97.177)</u>
		=	=

10 Projetos

		2017	2016
Projeto a executar	<u>Curto Prazo</u>	<u>7.240.617</u>	<u>11.281.418</u>
		<u>7.240.617</u>	<u>11.281.418</u>

Projeto a executar refere-se a recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

	Saldo 31/12/2016	Fundo de Reserva	Fundo de Contingências	Valores recebidos	Valores Á receber	2017				Valor residual
						Rendimentos Financeiros	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba	
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) (a)	4.147.670	-	-	27.733.535	-	326.757	(30.930.503)	(367.378)	-	910.081
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) (a)	10.000	-	-	-	(10.000)	-	-	-	-	-
Contrato de Gestão - Projeto Guri (02/2013) (b)	2.976.930	-	-	25.597.849	-	215.831	(27.402.538)	(212.421)	-	1.175.651
Outros Recursos - Projeto EMESP	540.680	-	-	462.710	-	-	-	-	-	1.003.390
Outros Recursos - Projeto Guri	35.532	-	-	5.300	-	-	-	-	-	40.832
PRONAC 119.736	140	-	-	-	-	-	-	-	-	140
PRONAC 14.10801	450	-	-	-	-	-	-	-	-	450
PRONAC 15.8233	276.315	-	-	-	-	8.377	-	-	(284.692)	-
PRONAC 16.3738	3.293.700	-	-	1.350.605	-	150.759	(3.261.246)	-	284.692	1.818.510
PRONAC 17.6510	-	-	-	2.117.855	-	-	-	-	-	2.117.855
CONDECA	-	-	-	173.707	-	-	-	-	-	173.707
	<u>11.281.418</u>	=	=	<u>57.441.561</u>	<u>(10.000)</u>	<u>1.736.406</u>	<u>(58.333.041)</u>	<u>(579.799)</u>	=	<u>7.240.616</u>
Associação - The Juilliard School	-	=	=	<u>392.917</u>	=	=	=	=	=	<u>392.917</u>

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Valores a receber – Referem-se a valores previstos no contrato de gestão e não repassados dentro do exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projeto a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origens as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2017 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

(a) Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013)

Em janeiro de 2013 foi assinado o Contrato de Gestão.º 01/2013 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e Associação de Cultura, Educação Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 105.901.180 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados com o objetivo de gerenciar a Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo, sendo R\$ 27.733.535 para o ano de 2017.

Em 2017 matricularam-se 1.427 alunos, com um número de 1.763 atendimentos nos Cursos de Formação e Livres, e foram oferecidas 222 vagas para bolsistas em 2017. Os Corpos Musicais tiveram atuação importante: a Banda Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo realizou 09 concertos, atingindo um público de 5.481 pessoas; a Orquestra Sinfônica Jovem realizou 22 concertos, atingindo um público de 15.589 pessoas; o Coral Jovem do Estado de São Paulo realizou 10 concertos, atingindo um público de 4.567 pessoas; a Orquestra Jovem Tom Jobim alcançou em seus 08 concertos um público de 3.435 pessoas.

a.1 Theatro São Pedro

a.1.1 Eixo 1: Atividades de Difusão e de Formação de novas plateias

Em 2017 realizamos 24 récitas com público de 10.327 pessoas, 4 ensaios abertos ao público com 775 pessoas, 10 concertos da temporada da Orthesp com um público de 3.815 pessoas e 30 concertos da série de música de câmara com um público de 2.693 pessoas. A meta de público foi superada em todas as atividades devido à qualidade da programação apresentada.

a.1.2 Eixo 2: Programa de Fomento e Formação de Profissionais

No ano de 2017 realizamos 101 atividades da Academia de Ópera e 22 atividades com a participação dos alunos da Academia na temporada do Theatro São Pedro. Como o efetivo total de 22 músicos da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro não foi atingido em razão da não aprovação de candidatos nos três processos seletivos realizados durante o ano, a Organização Social contratou músicos extras para preencher o efetivo da Orquestra, utilizando para tal recursos da rubrica de Bolsas de Estudo. Por conta do curto período entre a assinatura do novo Aditamento ao CG 01/2013 para a gestão das atividades do Theatro São Pedro e o fim do primeiro semestre letivo do ano, a OS planejou o início das atividades artísticas e pedagógicas do grupo a partir do segundo semestre, e, dessa forma, o pagamento das bolsas começou apenas em julho deste ano. O valor das bolsas de estudos pago aos integrantes da Orquestra de Bolsistas do Theatro São Pedro em 2017 foi de R\$ 1.940.

(b) Contrato de Gestão–Programa Guri (02/2013)

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão nº 02/2013 em janeiro de 2013.

O Programa de Trabalho do Contrato de Gestão 02/2013, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 119.982.447 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R\$ 25.597.849 em 2017.

De acordo com o Contrato de Gestão os recursos financeiros repassados à Associação deverão ser por esta aplicados no mercado financeiro, e os resultados das aplicações revertam-se, exclusivamente, ao cumprimento dos objetivos do contrato.

Em 2017 o Programa Guri teve 46 polos em funcionamento até 31 de dezembro de 2017 e ofereceu 18.266 vagas, sendo atendidos ao longo do ano 19.835 alunos.

(c) - Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2016 – PRONAC: 16 3738

c.1 Atividades Culturais

Uma das ações prioritizadas para a realização da temporada 2017 do Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura, foi a realização de 36 atividades culturais que puderam beneficiar diretamente 957 alunos do Programa Guri, que puderam sair de seus bairros para participarem, assistirem e conhecerem as atividades realizadas pelos Grupos Musicais do Guri Santa Marcelina. Todos os alunos receberam transporte e lanche para participarem das atividades. A ação tem como objetivo ampliar os Horizontes dos alunos e empoderá-los para que participem de atividades culturais com suas famílias, ocupando espaços públicos e programações gratuitas que existem na cidade de São Paulo e na grande São Paulo – regiões onde residem nossos alunos. Além, de encorajá-los a conhecerem os Grupos Musicais do programa, outros instrumentos musicais, e despertar o interesse dos alunos em participar das atividades do Guri Santa Marcelina.

c.2 Música nos Hospitais

O projeto Música nos Hospitais 2017 aconteceu de forma parcial, de acordo com o montante de recursos captados, no entanto, cumpriu-se o objetivo de formar músicos a partir de 18 anos, para atuação em ambientes hospitalares, por meio de técnicas e acompanhamentos específicos, ampliando assim seu o escopo profissional musical por meio de workshops ministrados pelos Doutores da Alegria.

Foram realizados 20 Workshops, totalizando 387 atendimentos aos alunos e alunas. O projeto foi estruturado com duas diferentes turmas: uma de veteranos – composta por alunos que já participaram do projeto no ano anterior (TURMA 2016) – e uma turma de calouros – que participaram do projeto pela primeira vez (TURMA 2017), totalizando 41 alunos inscritos. O acompanhamento dos tutores dos Doutores da Alegria ocorreu de março a setembro de 2017.

Além da formação, outro objetivo do projeto Música nos Hospitais era democratizar o acesso às artes, levando a Música para ambientes onde as pessoas estão impossibilitadas de apreciá-la por questões de saúde, por meio da realização de 80 apresentações musicais, contribuindo assim para o processo de humanização no ambiente hospitalar, apoiando pacientes, familiares, comunidades e o corpo profissional dos Hospitais, Casas de Saúde, unidades de APS, entre outros, por meio da música na cidade de São Paulo e da Grande São Paulo. Com a captação de recursos parcial, foram realizadas 46 apresentações oficiais + 3 aulas práticas, totalizando 49 apresentações em Hospitais, APS, e Clínicas de Reabilitação da rede pública de saúde na cidade de São Paulo, beneficiando gratuitamente 8.518 pessoas.

c.3 Grupos Musicais do Guri Santa Marcelina

A Temporada artístico-pedagógica dos Grupos Infantis, Juvenis e de Familiares do Guri Santa Marcelina também foi prioritizada dentre as atividades realizadas pelo projeto em 2017, conforme abaixo:

- Banda Sinfônica Infante-Juvenil
- Banda Sinfônica Juvenil
- Coral Infantil
- Coral de Familiares
- Coral Juvenil
- Regional de Choro Infante-Juvenil
- Orquestra Sinfônica Infante-Juvenil
- Camerata de Violões Infante-Juvenil
- Orquestra de Cordas Infante-Juvenil
- Big Band Infante-Juvenil

Os 10 grupos contaram com 390 integrantes e realizaram 35 semanas de ensaios, aulas, masterclasses e workshops. As 60 apresentações gratuitas, ocorreram em 26 diferentes espaços culturais entre eles o Grande Auditório do MASP, a Catedral da Sé, o Teatro do Hebraica, MAM, MIS, SESC Itaquera e teatros dos CEUs, para um público de mais de 14 mil pessoas. Os grupos receberam mais de 13 solistas e grupos convidados e 16 diferentes regentes que acompanharam o trabalho dos alunos.

c.4 Orquestra Jovem Tom Jobim

Foram realizados 3 concertos com a participação de dois solistas convidados, o trompetista brasileiro Daniel D'Alcântara e o saxofonista americano Ted Nash do *Jazz at the Lincoln Center e The Juilliard School*. Esses concertos foram o resultado de uma semana de atividades de intercâmbio cultural, masterclasses, ensaios e a gravação do primeiro CD da Orquestra Jovem Tom Jobim, sob gestão da Santa Marcelina Cultura. Nos 3 concertos o público presente foi de 858 pessoas. Os Ingressos tiveram a preços populares no Auditório Ibirapuera e também realizamos um concerto gratuito no Teatro do CEU Vila Curuçá, na periferia de São Paulo. **A Gravação do CD da Orquestra Jovem Tom Jobim**, ocorreu no período de 23 a 29 de setembro de 2017. O CD com obras do compositor brasileiro "Moacir Santos" foi intitulado: "Orquestra Jovem Tom Jobim visita Moacir Santos". Como previsto, foram produzidas 1000 unidades do CD que estão sendo distribuídas gratuitamente..

c.5 Orquestra Jovem do Estado de São Paulo

Dos 18 concertos previstos na temporada 2017, foram realizados com recursos do projeto 14 apresentações sendo 9 na Sala São Paulo a preços populares, 1 concerto gratuito no Teatro do CEU Inácio Monteiro e 4 concertos gratuitos em cidades do interior do estado. Na temporada da Orquestra Jovem do Estado, também foram realizadas parcialmente a complementação de bolsas de estudos dos alunos, a Temporada dos Grupos de Música de Câmara da Orquestra, a aquisição de instrumentos musicais e o Prêmio para os melhores alunos da Temporada. Todo o detalhamento das atividades, encontram-se abaixo:

- Concertos da Orquestra Jovem do Estado na cidade de São Paulo: foram 10 concertos para um público de 7.293 pessoas.
- Concertos em cidades do interior: foram 4 apresentações, todas gratuitas, para um público de 1.899 pessoas.
- Intercâmbio com o Conservatório de Paris: ainda dentro dos objetivos de formação dos alunos da Orquestra Jovem do Estado, realizamos em 2017 um intercâmbio com alunos e professores do Conservatório de Paris, foram 11 alunos, a solista Isabelle Moretti como convidada e sob regência de Bruno Mantovani, Diretor do Conservatório.
- Programa de Música de Câmara: pela primeira vez, realizamos um programa específico para estimular a formação de 10 grupos de Música de Câmara, com a participação de 40 alunos da Orquestra Jovem do Estado. Os alunos realizaram durante o ano de 2017 atividades pedagógicas específicas. Cada grupo foi acompanhado por um "coach" musical, que contribuiu para a formação do grupo, a escolha do repertório, bem como, para a formação das dinâmicas de ensaio e apresentações. Os alunos também puderam participar de atividades de formação em gestão e produção cultural, comunicação e interpretação/oratória, para prepará-los para suas apresentações e falas para o público das apresentações.

Ao todo, foram realizadas 40 apresentações gratuitas em diferentes espaços, buscando atingir diferentes tipos de público, bem como, para proporcionar diversas experiências para os alunos, por meio da realização de apresentações em espaços pouco convencionais, tais como: aeroportos, livrarias, pátios de escolas infantis, saguões de teatros, entre outros. Abaixo elencamos todas as apresentações realizadas, que beneficiaram um público de 5.790 pessoas.

c.5.1 Gravação do 3º CD da Orquestra Jovem do Estado

Em 2017 realizamos a gravação do 3º CD da Orquestra Jovem do Estado, intitulado “O Mandarin Maravilhoso”, sob regência do regente titular e diretor musical da Orquestra, Claudio Cruz. O CD foi produzido com a tiragem de 3 mil unidades e a gravação foi realizada no período de 3 a 8 de junho de 2017, no Teatro Franco Zampari, em parceria com a Fundação Padre Anchieta.

c.5.2 Complementação de Bolsas Incentivo

A complementação das bolsas incentivo para os alunos da Orquestra Jovem do Estado de São Paulo foi no valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) mensais. Das 990 complementações de bolsas incentivo previstas para 2017, de fevereiro a dezembro foram pagas 950 bolsas.

c.5.3 Prêmio

Em 2017 foi realizada a 6ª edição do Prêmio da Orquestra Jovem do Estado. A premiação foi aberta para os 90 bolsistas que formam a Orquestra Jovem do Estado por meio do “EDITAL DE BOLSAS DE ESTUDOS ORQUESTRA JOVEM DO ESTADO 2017”. Os prêmios foram divididos nas seguintes categorias:

- 1 Prêmio – Bolsa de Estudo no exterior no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 4 Prêmios – Bolsas de Estudo ou ajuda para Compras de Instrumento no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

c.5.4 Núcleo de Música Antiga

Em 2017 foi realizado o VI Encontro internacional de Música Antiga da EMESP no período de 9 a 13 de maio. Este projeto é um dos eventos mais significativos da Música barroca no Brasil, e acontece com o objetivo de despertar o interesse para o repertório dos séculos 17 e 18, além de difundir as práticas interpretativas de música antiga no país. O encontro aconteceu em duas partes: por meio das atividades pedagógicas com aulas e máster classes para alunos avançados de música que tenham interesse em conhecer e aprender técnicas deste repertório. Foram oito atividades pedagógicas que beneficiou um público de 123 pessoas, com técnicas para canto barroco, flauta doce, oboé barroco, traverso, cordas dedilhadas, cravo, violino barroco e música de câmara, esta última ministrada pelo regente Ryo Terakado. Todas as atividades formativas foram gratuitas e abertas ao público em geral.

Além das atividades pedagógicas, ocorreram também 2 concertos sob regência de Ryo Terakado e participação de todos os professores e alunos do Encontro, um gratuito no Teatro no CEU Jambeiro do Guri e outro com a preços populares no MASP, beneficiando um público de 361 pessoas. Também foram realizados dois concertos da Orquestra Barroca da EMESP, um no teatro do CEU São Mateus do Guri realizado gratuitamente, e outro a preços populares no Grande Auditório do MASP.

c.5.5 Intercâmbios de Cooperação Internacional com a The Juilliard School

Recebemos em 2017, 7 alunos e 1 professor do "Jazz Department" da The Juilliard School em São Paulo na EMESP Tom Jobim, para atividades de intercâmbio de conhecimento, vivências e apresentações musicais. Também participaram do projeto 19 alunos, 3 professores da EMESP Tom Jobim e 5 pessoas da equipe de produção da Santa Marcelina Cultura no intercâmbio para Nova York. Durante 9 dias a equipe participou de intercâmbios na área pedagógica, artística e de gestão com alunos, professores e equipe de produção da The Juilliard School, o que proporcionou um grande aprendizado para todos os participantes por meio de vivências, troca de experiências e extensa grade de atividades artístico-pedagógica.

11 Salários e encargos sociais a pagar

	2017	2016
INSS a recolher	97.532	78.891
Outros	<u>224</u>	<u>5.830</u>
	<u>97.756</u>	<u>84.721</u>

12 Recursos aplicados em ativos permanentes

	2017	2016
	<u>4.459.920</u>	<u>5.168.044</u>

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.168.044
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)	579.799
Custo residual baixado de imobilizado	(26.736)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8)	(1.261.186)
Ajuste de depreciação	-
Segregação para Associação	(-)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.459.920

13 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2017	2016
Contingências trabalhistas	<u>476.441</u>	<u>682.549</u>

	2016	2017		2016
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	<u>682.549</u>	<u>217.308</u>	<u>(423.416)</u>	<u>476.441</u>

	2017	2016
Contingências no longo prazo	<u>330.970</u>	<u>197.202</u>

	2016	2017		2016
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	<u>197.202</u>	<u>153.805</u>	<u>(20.037)</u>	<u>330.970</u>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 206.055 em 2017 (R\$ 474.445 em 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados.

15 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2017 o Patrimônio Líquido é de R\$ 2.573.501.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, irmãs Marcelinas", conforme for fixado pela Assembléia Geral.

16 Recursos de contrato de gestão

	2017	2016
Programa Guri (02/2013)	27.402.538	25.813.048
Projeto EMESP (01/2013)	30.930.503	19.647.084
	<u>58.333.041</u>	<u>45.460.132</u>

17 Projetos especiais

	2017	2016
PRONAC 14.10801	-	-
PRONAC 15.8233	3.156.446	2.401.906
Outros projetos	-	102.050
	<u>3.156.446</u>	<u>2.503.956</u>

18 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito.

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação

ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis a curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:

	2017	2016
Ativo circulante	18.113.277	20.987.501
Passivo circulante	<u>17.028.898</u>	<u>20.380.524</u>
Capital de giro	<u>1.06%</u>	<u>1.03%</u>

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

19 Informações por projetos

As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados da Associação, bem como seus ativos e passivos entre os projetos em andamento, os quais estão descritos na nota explicativa 1 (Programa Guri e Projeto EMESP).

Demonstrações de resultados

2016

Contas	<u>GURI</u>	<u>EMESP</u>	<u>Outros projetos</u>	<u>Associação</u>	<u>Total dos projetos</u>
Recursos dos contratos de gestão	25.813.048	19.647.084	-	-	45.460.132
Projetos especiais	-	-	2.401.906	-	2.401.906
Outras receitas	530.798	715.632	-	685.695	1.932.125
Receitas operacionais	<u>26.343.845</u>	<u>20.362.716</u>	<u>2.401.906</u>	<u>685.695</u>	<u>49.794.163</u>
Despesas operacionais	<u>-26.343.845</u>	<u>-20.362.716</u>	<u>-2.401.906</u>	<u>-408.656</u>	<u>-49.517.124</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>277.039</u>	<u>277.039</u>

2017

Contas	GURI	EMESP	Outros projetos	Associação	Total dos projetos
Recursos dos contratos de gestão	27.402.538	30.930.503	-	-	58.333.041
Projetos especiais	-	-	3.156.446	-	3.156.446
Outras receitas	535.836	725.749	-	65.432	1.327.017
Receitas operacionais	27.938.374	31.656.253	3.156.446	65.432	62.816.504
Despesas operacionais	-27.938.374	-31.656.253	-3.156.446	-396.543	-63.147.615
Resultado do exercício	-	-	-	-331.111	-331.111

20 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21 Despesas operacionais por projetos

	2017	2016
GURI		
Despesas com pessoal	(16.958.235)	(15.774.116)
Despesas com encargos sociais	(5.744.210)	(5.371.844)
Despesas administrativas	(2.990.330)	(2.687.617)
Serviços Prestados por Terceiros	(2.169.768)	(2.437.466)
Impostos e Taxas	<u>(75.832)</u>	<u>(72.803)</u>
	<u>(27.938.374)</u>	<u>(26.343.845)</u>
EMESP		
Despesas com pessoal	(14.850.006)	(10.404.049)
Despesas com encargos sociais	(5.048.814)	(3.444.635)
Despesas administrativas	(5.445.547)	(4.017.704)
Serviços Prestados por Terceiros	(6.259.604)	(2.436.296)
Impostos e Taxas	<u>(52.280)</u>	<u>(60.032)</u>
	<u>(31.656.253)</u>	<u>(20.362.716)</u>
Outros Projetos		
Despesas administrativas	(1.257.520)	(717.985)
Serviços Prestados por Terceiros	<u>(2.295.468)</u>	<u>(2.092.578)</u>
	<u>(3.552.988)</u>	<u>(2.810.563)</u>
Total	<u>(63.147.616)</u>	<u>(49.517.124)</u>

22 Fundo de Reserva e Fundo de Contingência

A Associação constitui fundos de Reserva e Fundo de Contingência:

		2017	2016
Fundo de Reserva	(a)	3.835.138	3.497.581
Fundo de Contingências	(b)	3.933.311	3.585.375
		<u>7.768.449</u>	<u>7.082.956</u>

(a) Do total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência do presente contrato, 6 %, foi depositado pela Organização Social em conta corrente específica de sua titularidade, constituído para o fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da CONTRATANTE, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela CONTRATADA do plano

de restituição dos respectivos valores do fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da CONTRATADA.

(b) Nos termos da norma inserta no Decreto Estadual nº 54.340, de 15 de maio de 2009, a CONTRATADA depositou na conta bancária específica, o montante de R\$ 3.061.234,25 (três milhões e sessenta e um mil e duzentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos):

(b.1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata esta alínea “b”;

(b.2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere esta alínea “b” e subitens somente poderão ser utilizados por deliberações de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA, e do Secretário de Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência;

(b.3) Ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere esta alínea “b” será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

23 Outras receitas (inclui doações)

Referem-se a:

	2017	2016
Doações pessoas físicas e jurídicas	17.940	78.250
Receitas próprias	19.697	527.851
	<u>37.637</u>	<u>606.101</u>

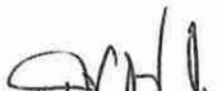
*Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina
Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2017 e 2016*

Além disso foram recebidas doações de instrumentos musicais pela Associação que foram classificados na conta de "Doações de bens patrimoniais" no patrimônio líquido no montante de R\$ 80.921.

* * *



Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Luis Roberto Teles
CRC/SP182786/O-8